



Governo bloqueia R\$ 140 milhões das contas do Rio

Parte do dinheiro é a fatia do Estado na repatriação; governador diz que não terá como pagar o salário de todos os servidores este mês

Constança Rezende / RIO

A União determinou ontem um novo bloqueio nas contas do governo do Rio de Janeiro, desta vez de R\$ 140 milhões. Desse valor, R\$ 81 milhões são oriundos da repatriação de recursos que eram ilegais e estavam no exterior – a fatia que coube ao Rio do total destinado aos Estados pelo programa federal foi de apenas R\$ 88,8 milhões. Outros R\$ 59 milhões bloqueados são do Fundo de Participação dos Estados.

Esse é o segundo bloqueio feito nesta semana pela União nas contas do Rio, devido ao não pagamento de dívidas. Na segunda-feira, o governo federal já havia bloqueado R\$ 170 milhões referente a uma dívida não paga pelo Rio. Ao todo, os bloqueios somam R\$ 310 milhões.

Em entrevista à TV Globo, o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), afirmou que não terá dinheiro para pagar os salários de todos os servidores do Estado até o décimo dia útil de novembro.

Pezão informou que está reavaliando as contas para definir um novo calendário de pagamentos aos servidores. “Hoje (ontem) e amanhã (hoje) quero fazer esse calendário com o secretário de Fazenda. Ele já vai ter condições de divulgar o calendário de pagamentos. A edu-

PARA LEMBRAR

Execuções nas contas bancárias do Rio são rotina desde abril. Naquele mês, o governo fluminense avisou que pagaria os vencimentos de março apenas dos funcionários da ativa. Aposentados e pensionistas só receberiam se ganhassem menos de R\$ 2 mil líquidos. Associações e sindicatos de servidores entraram com ações na Justiça. Liminares obrigaram o Estado a pagar os salários. O governo estima um rombo de R\$ 17,5 bilhões nas contas deste ano. Se o pacote de ajuste proposto for colocado em prática a tempo, o impacto positivo seria de R\$ 27,9 bilhões em 2017 e 2018.

cação começa a receber, a segurança pública, quero ver todo o funcionalismo. Esses setores que a gente tinha priorizado para pagar”, disse. Em nota, a Secretaria de Fazenda do Rio informou que o bloqueio afeta diretamente a gestão de caixa do Estado e compromete o fluxo de pagamento dos servidores relativo a outubro.

A medida da União foi tomada dois dias depois do encontro de Pezão com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em

Brasília, para debater a crise. Pezão também esteve com o presidente Michel Temer para apresentar uma proposta para enfrentar o rombo nas contas do Estado. A agenda em Brasília incluiu também uma reunião no Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir o assunto. Na ocasião, o governador argumentou que muitas das ideias apresentadas eram factíveis e já foram realizadas no País.

Atraso. No bloqueio de segunda-feira, a Secretaria do Tesouro Nacional alegou que o Rio atrasou R\$ 38,7 milhões referentes a parcelas da dívida com a União que deixaram de ser pagas entre abril e junho. Nesses meses, vários Estados obtiveram liminares junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) permitindo a suspensão dos pagamentos.

Quando o STF aprovou um novo acordo entre a União e os Estados, no início de julho, ficou acertado que os pagamentos suspensos entre abril e junho seriam feitos em 24 meses e deveriam começar em julho. A execução também incluiu o atraso no pagamento de outras dívidas, garantidas pela União. No dia 1.º deste mês o Estado conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa lei decretando oficialmente calamidade pública no Rio por causa do rombo nas contas.

Famílias tentam evitar fim de Aluguel Social

Pacote de ajuste acaba com programa, que tem 9.640 beneficiários e custa R\$ 4,2 milhões por mês ao governo do Rio

RIO

Em protesto contra a possível extinção do Aluguel Social, programa assistencial temporário do governo fluminense para pessoas pobres que perderam suas moradias, cerca de 100 famílias foram para a frente da Assembleia Legislativa do Rio ontem. A proposta é parte do pacote de medidas de ajuste fiscal enviadas pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) ao Legislativo. Foi a terceira manifes-

tação contra o pacote em três dias. Não houve confusão: uma barreira de policiais militares bloqueou as escadarias da Casa e inviabilizou qualquer tentativa de invasão.

Segundo a Secretaria de Assistência Social, 9.640 famílias recebem o benefício. Dessas, 5.140 foram removidas por estarem em áreas de risco e 4.500 por obras do Programa de Aceleração do Crescimento. O valor mensal gasto pelo governo com o Aluguel Social é de R\$ 4,2 milhões, retirados do Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social. Cada família recebe, em média, R\$ 400 ao mês. Aprovado o pacote, o programa seria extinto a partir de junho de 2017. O governo estima economizar R\$ 74,1 milhões por ano.

Participaram do protesto famílias retiradas de casa pelo governo até quatro anos atrás e nunca reassentadas, ao contrário do que prometera o poder público. Segundo a Defensoria Pública do Estado, 35% dos beneficiários perderam suas casas por determinação do Estado.

Repasse. Há quatro meses o governo tem atrasado o depósito. O repasse é garantido pela Defensoria por meio de medidas judiciais. Setembro e outubro ainda não foram pagos. O carpinteiro Francisco Silva Balbino, de 48 anos, a mulher e os seis filhos foram retirados pelo governo da casa onde moravam, no bairro do Caju, região central, em 2013. O Estado teria prometido construir um conjunto habitacional no local, mas nenhuma obra foi iniciada. “A dona da casa onde moro, em Duque de Caxias, já avisou que se eu não pagá-la vai pedir imóvel de volta. Não consigo emprego e não sei o que fazer.” / C.R.



Corte. Beneficiários de programa de aluguel temporário protestam na escadaria da Alerj